

Inquérito da SAB deve sair em agosto

Até agora comissão já ouviu sete pessoas envolvidas no escândalo da soja

O resultado do inquérito sobre possíveis irregularidades em operações especiais efetuadas pela Sociedade de Abastecimento de Brasília deverá ser apresentado na primeira semana de agosto. Até o presente momento, sete pessoas — funcionários e ex-funcionários da SAB — já foram ouvidos pela Comissão de Inquérito, instituída em junho pelo governador José Aparecido. Na próxima quinta-feira, serão ouvidos mais quatro funcionários.

As irregularidades em aquisições feitas pela SAB de produtos *in natura* e seu processo de industrialização e comercialização foram apontadas em maio e confirmadas em sindicância preliminar levada a efeito na própria entidade.

Uma delas dá conta de que em outubro de 1985 a SAB teve um prejuízo de Cr\$ 5 bilhões (Cz\$ 5 milhões) numa única operação comercial, feita ao mesmo tempo com a Comissão de Financiamento da Produção e a empresa paulista Ricoex da

cidade de Bariri. No dia 10 de outubro daquele ano a SAB pagou os Cr\$ 5 bilhões à CFP pela compra de 1 mil toneladas de óleo de soja bruto e trocou a mercadoria com a Ricoex por 46 mil 660 latas de óleo de soja refinado comestível das marcas Maravilha, Odím e Outras.

Acontece que, concordatária desde maio de 1985, a Ricoex não fez a entrega do produto refinado conforme fora acertado, deixando o prejuízo à SAB, cujo presidente na época era Wagner Nunes Castro.

O Conselho Fiscal da SAB apontou a irregularidade, apresentando os motivos da não aprovação das contas da empresa. Em primeiro lugar, a operação de compra do óleo refinado poderia ter sido feita em Brasília junto à Cobal, que tinha em estoque o produto; o que resultaria em recolhimento de imposto sobre Circulação de Mercadorias da ordem de Cz\$ 1,7 milhão. Em segundo lugar, o Conselho Fiscal descobriu, na contabilidade, a tentativa de ca-

muflar o prejuízo, já que os Cr\$ 5 bilhões foram pagos à CFP não sendo posteriormente recuperados.

O relatório do Conselho Fiscal apontou detalhes da "operação casada". A Ricoex, empresa de comércio de óleos, já era concordatária desde o dia 7 de maio de 1985, e a filial de Bariri (SP) estava paralisada desde o dia 10 de maio do mesmo ano, data em que deixou de operar com os bancos da região.

A Comissão de Inquérito, instituída em 3 de junho é presidida pelo procurador-geral do DF, Humberto Gomes de Barros, e integrada por Guenther Riedel, da Secretaria de Agricultura; Vânia de Fátima Soares Silva, da Secretaria de Finanças; Luiz Carlos Santiago Fontes, da Ceasa; Epaminondas Pimentel Filho, da Cobal; Carlos Ney de Carvalho, do Conselho Regional de Contabilidade; Antônio Custódio de Rezende, da Federação do Comércio de Brasília; e José Neves Filho, da Federação dos Trabalhadores do Comércio.